

“A Loucura Impressa: a história da loucura nos periódicos brasileiros,
no contexto do Regime Militar no Brasil”

TARCILA SANTOS GARCIA*

Em *História da Psiquiatria no Brasil*, Jurandir Freire Costa se propôs a esquadriñar o pensamento eugenista psiquiátrico da Liga Brasileira de Higiene Mental dentro do contexto cultural do início do século XX, que transformou o meio urbano social do país. Costa (1976) determinou então os verdadeiros fundadores¹ da Psiquiatria no Brasil, médicos que encabeçaram uma movimentação em prol de tratamento específico aos “loucos” que perambulavam pelas ruas da cidade.

“A partir de 1830, um grupo de médicos, higienistas na sua maioria, começa a pedir, entre outras medidas de higiene pública, que se construa um hospício para os alienados. Estes médicos, que foram os criadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, serviram-se de alguns periódicos da época (‘Semanário de Saúde Pública’, 1831 – 1833; ‘Diário da Saúde’, 1835 – 1836; ‘Revista Médica Fluminense’, 1835 – 1841), para desencadear um importante movimento de opinião pública, com vistas à criação do asilo. Nos artigos destes jornais pode-se observar que, além da crítica ao modo como os ‘loucos’ eram abandonados a eles mesmos e perambulavam pela cidade, também eram criticados os métodos de tratamento empregados pelo pessoal da Santa Casa de Misericórdia” (COSTA, 1976:24)

Para Costa, o que determina essa movimentação inicial nos periódicos impressos de saúde como de extrema importância para a história da psiquiatria brasileira foi fixado pelo decreto do imperador Pedro II, que sancionou em 1841 a fundação do primeiro hospital psiquiátrico no país, inaugurado onze anos após o seu decreto.

Já para este projeto, o que torna este movimento também de extrema importância é o apelo aos periódicos pertinentes ao tema – *Semanário da Saúde Pública*, *Diário da Saúde*, *Revista Médica Fluminense* – com o intuito de fomentar a opinião pública para enfim levar tratamento “adequado” aos alienados.

¹ Foram eles: José Martins da Cruz Jobim; Joaquim Cândido Soares de Meirelles; Luiz Vicente de Simoni; Jean-Maurice Faivre e Francisco Xavier Sigaud. Que não tinham formação psiquiátrica.

* Mestranda do PPGHCS da COC/Fiocruz, bolsista Fiocruz, orientada pela pesquisadora docente do Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) Dilene Raimundo do Nascimento.

Finalmente, olhares científicos, de influência ideológica, se voltaram para os descasos com os loucos. Olhares que levantaram questionamentos higienistas sobre os problemas da nova cidade, sobre o controle dos doentes alienados errantes que vagavam pelas ruas da cidade, a falta de preparo dos funcionários da Santa Casa de Misericórdia e da necessidade de tratamento moral aos alienados.

Tratamentos, terapêuticos ou não, aplicados durante o período de funcionamento do Hospício D. Pedro II e a política eugenista empregada pela Liga Brasileira de Higiene Mental para prevenção das doenças mentais contribuíram consideravelmente, à maneira deles, para a recém iniciada psiquiatria brasileira. Levando em conta como os cuidados com os então alienados ganharam corpo e “humanização” em seus tratamentos após publicações em periódicos específicos da época, que convenceu autoridades e a categoria da época, acreditamos que seja possível também acompanharmos a movimentação em torno de denúncias deflagradas pelas categorias envolvidas na rede de saúde mental brasileira no período do Regime Militar.

Denúncias sobre os descasos e atrocidades praticadas no contexto das instituições de saúde mental foram deflagradas pela categoria de trabalhadores que também vinham sofrendo abusos trabalhistas desde 1974.

“A DINSAM, que desde 1956/1957 não realiza concurso público, a partir de 1974, com um quadro antigo e defasado, passa a contratar ‘bolsistas’ com recursos da Campanha Nacional de Saúde Mental. Os ‘bolsistas’ são profissionais graduados ou estudantes universitários que trabalham como médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais, muitos dos quais com cargos de chefia e direção. Trabalham em condições precárias, em clima de ameaças e violências a eles próprios e aos pacientes destas instituições. São frequentes as denúncias de agressão, estupro, trabalho escravo e mortes não esclarecidas.” (AMARANTE, 2009:52)

Podemos dizer que o evento que ficou conhecido como a Crise da DINSAM teve suas origens em uma denúncia “realizada por três médicos bolsistas do CPPII, ao registrarem no livro de ocorrências do plantão do pronto-socorro as irregularidades da unidade hospitalar, trazendo a público a trágica situação existente naquele hospital.” (AMARANTE, 2009:52) A partir deste mesmo ano de 1978, surgiram então diversos movimentos de lutas com pautas trabalhistas e reivindicações políticas para a assistência à saúde mental no país. Esse movimento organizado e inquietação quanto às atrocidades intramuros nas instituições de saúde mental surgiram no contexto do Ato Institucional N.º 5 (o AI-5) onde nem tudo se noticiava à revelia, no Regime Militar no Brasil. Regime este que no período de 1968/1969 até 1º de janeiro de 1979 ficou marcado pela censura prévia feita aos meios de comunicação.

E nessa censura, é claro, não se publicava, nem na imprensa escrita sem represália, o que fosse contrário aos interesses políticos do Regime Militar, onde podemos incluir críticas aos sistemas de saúde e os movimentos sociais. Porém, podemos verificar que a partir de abril de 1975 a censura prévia não seria mais um problema à imprensa escrita, pelo menos. Talvez esse seja o período mais importante de se analisar, o pós abril de 1975 que Beatriz Kushnir, lendo relatos do chargista Millôr Fernandes, compreende como sendo de censura velada.

“Assim, o editorial de Millôr, discutido – no sentido de polemizar e instaurar a discórdia –, pela redação, chamava a atenção justamente para o conceito de *responsabilidade*, que o censor advertia ao ‘devolver’ aos jornalistas o controle do que saía impresso. Para o chargista, esse rompimento repentino da censura embutia a noção que deixar de intervir era uma concessão, um presente, que deveria ser pago ‘com responsabilidade’. E sua aceitação era sinônimo de gratidão” (KUSHNIR, 2001:17)

Tendo em vista essas repreensões censoras impostas à imprensa brasileira no período referido, podemos questionar o que do universo da loucura, da saúde mental, se publicizava sobre essa parcela da população brasileira já que as denúncias, até certo período, não puderam ser noticiadas. Dado o curto período para a pesquisa deste projeto, o pouco que pudemos constatar aborda de diferentes formas o que abrange a questão da saúde mental e seus correlatos. Dentre elas encontramos, por exemplo, que em 3 de janeiro de 1978, o então presidente da Associação Médica Brasileira, Pedro Kassab, às voltas da troca de cargo da Presidência da República, cede entrevista após uma conversa de portas fechadas com um senador Petrônio Portela, ao General Figueiredo para a presidência do Brasil e afirmando no que tange às políticas do regime militar que:

“A Revolução deu uma situação estável ao Brasil nos planos político, econômico e social e ainda reduziu o índice de analfabetismo e possibilitou o acesso de todos à assistência médica [...] também é verdade que nenhum país investe hoje em educação e saúde como o Brasil.” (O GLOBO, 3 jan. 1978, p. 2)

Não há qualquer comentário sobre a movimentação em torno das reivindicações sociais e trabalhista dos médicos brasileiros. O que temos no dia seguinte, 4 de janeiro do mesmo ano, é a crítica do mérito e Deputado pelo MDB Dalton Canabrava que, segundo ele, Kassab não falou em nome da classe médico ao se pôr contrário às eleição diretas, de voto popular, e afirma que os médicos “convivem com as classes humildes que estão padecendo”. Ainda sem haver citações diretas sobre a crise que alastrava a saúde do país naquele período, na iminente greve da DINSAM também por conta dos absurdos referentes às modificações na previdência e seguridade nacionais. Absurdos já constatados em anos anteriores pelo Deputado Lopo

Coelho, que em publicação do dia 2 de janeiro de 1974, afirma ser de extrema necessidade que as atenções, do governo Geisel, se voltem para o problema da saúde pública, pois as “deficiências do atendimento médico prestado pelo INPS aos assegurados precisa ter fim, pois os problemas se avolumam, não sendo dado aos contribuintes atendimento compatível com as suas próprias contribuições.” (O GLOBO, 2 jan. 1974, p. 3) O parlamentar da ARENA defendia atenção às melhores condições no meio-ambiente, saúde pública e resoluções na Previdência Social para aumentar a produção do país que demandava mais mão-de-obra para aumentar nossa produtividade.

Com o fim do “milagre” econômico brasileiro, o governo teve de rever os gastos públicos e diversas mudanças foram feitas. Mas em face da política de recrudescimento econômico no país, as empresas privadas cresceram substancialmente através de financiamento público garantidos por programas da medicina previdenciária que financiava hospitais e comprava leitos terceirizados, em detrimento da saúde pública e assistência psiquiátrica. Este seria o cenário da saúde pública no país que se faz contexto para esta presente pesquisa.

Porém, o que pudemos levantar até agora, referente ao período de enriquecimento das do setor privado da saúde no Brasil, é que dentro do tema saúde eram noticiados de forma substancial matérias sobre doenças em geral, algumas sobre comportamento e outras com focos em psicologia e psicanálise. Seguem alguns exemplos: “O Inquietante número 13” por Michel Gerbaud-Ribiere sobre uma “pesquisa muito rigorosa, envolvendo mais de 100 mil entrevistados” realizada por médicos e psiquiatras de 18 países, atestando que 50% dos homens no mundo são supersticiosos contra 70% das mulheres. (O GLOBO, 2 jan. de 1974) “As dificuldades do professor”, o resultado de um estudo psicopedagógico belga; “Filósofo belga afirma que a psicanálise é uma ciência”, uma entrevista sobre a IV Semana Internacional de Filosofia em Curitiba que recebeu o filósofo e padre belga Antoine Vergote para falar sobre a epistemologia da psicanálise; “O que você deve saber sobre medicina”, no caderno de saúde de 1974, sessão que esclarece sobre doenças, explicando o que é a síndrome de Reiter; “Retratos e diagnóstico”, na mesma sessão, sobre a importância que retratos de uma pessoa feitos ao longo da vida para auxiliar em diagnósticos; sobre tecnologia na saúde, como “Relógio registra saúde”, médico especialista em coordenação motora, afirma que com os estudos sobre a biorritmia poderíamos monitorar nossa saúde através de um relógio; e de comportamento sexual no caderno de cultura d’O Globo, como a divulgação de resultado de uma pesquisa sobre educação sexual e fracasso matrimonial, “incidência de frigidez caiu 2 por cento em relação ao último levantamento [...] O que permitiu especialistas na matéria

observarem que muito fracasso matrimonial decorre da falta de informação apropriada sobre temas sexuais.” (O GLOBO, 2 jan. 1978, p. 26) Ou seja, saúde não era um tema menor, pelo menos, nesse jornal que foi analisado em um curto espaço de tempo - os meses de janeiro de 1974 e de 1978.

Enquanto na temática do universo da loucura, da saúde mental, no primeiro mês dos anos de 1974 e 1978, pudemos levantar apenas na página 10, do dia 3 de janeiro de 1974: “Doente mental ataca a (sic) faca”. Uma notinha no caderno geral:

“Quando passava pela Avenida Brasil, próximo ao posto policial de Guadalupe, José Antônio Bispo foi atacado pelo doente mental Antônio de Sousa Azevedo. Antônio foi preso e José internado com uma perfuração nas costas no Hospital Carlos Chagas.” (O GLOBO, 3 de janeiro de 1974, p. 10)

O presente projeto pretende contribuir para a discussão do dito e do não-dito sobre o universo da loucura no período do Regime Militar, bem como fomentar discussões historiográficas, tendo como fonte os jornais O Globo e Jornal do Brasil (sediados na cidade do Rio de Janeiro, de onde surgiram as primeiras denúncias), acerca da mobilização de funcionários do setor da saúde mental e movimentos político-sociais da época que culminaram na Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Para o cumprimento deste texto presente, o escopo do projeto se restringiu aos meses de janeiro de 1974 e 1978 – respectivamente, anterior ao que a Kushnir chama de censura velada e ano da Crise da Dinsam. Portanto, ainda não se sabe ao certo o que dessas denúncias foi ou não notificada pelos jornais O Globo e Jornal do Brasil, no período que compreende esta pesquisa (1967 a 1978). O “não-dito”, de Michel de Certeau, apresenta uma fonte de questionamentos aos periódicos que serão analisados: a importância do encontro ou do não-encontro, de alguma informação em suas páginas. O que Certeau pretende problematizar neste momento é o silêncio das fontes, que este silêncio é tão importante quanto o encontro de vestígios que comprovam o dito.

Para melhor nos situarmos acerca da imprensa brasileira enquanto um espaço de produção de fontes sobre o passado caberá situar a procedência das reportagens, no sentido de relativizar o que está descrito, considerando o contexto da imprensa no período de regime militar, pois para Weber (1910) ao estudar um periódico devemos ter em mente que

“a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar, posto que, ao contrário de qualquer outra empresa, tem dois tipos completamente distintos de “clientes”: os primeiros são os compradores do jornal e estes compõem-se ou de uma massa majoritária de

assinantes ou de uma massa majoritária de compradores individuais (...) os segundos são os anunciantes, e entre esse leque de clientes produzem-se as inter-relações mais curiosas” (WEBER apud Lua Nova, 2002:188)

Relativizar inclusive através das perguntas “quais são as opiniões que existem hoje em dia a respeito, quais existiam antes, e quem são os que opinam?” (Weber apud Lua Nova, 2002:186) para nos nortearmos acerca do contexto político-econômica e, enfim, evitarmos de assimilar informação ou discurso de forma acrítica, tendo em vista que cada jornal traz sempre uma versão dos fatos e não o fato em si, principalmente, devido às suas filiações políticas.

É necessário reiterar que este é um projeto em início de pesquisa, sem preocupação com novas rotas que essas fontes podem vir à indicar, mas com o intuito de compreender como a loucura era publicizada em um período que nem tudo se anunciava à revelia, o período do Regime Militar brasileiro.

Referências Bibliográficas

- AMARANTE, P. **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.
- AMARANTE, P (coord.). **Loucos pela Vida: A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: SNE / CENSP, 1995.
- AMARANTE, P. Rumo ao fim dos manicômios. **Revista Mente & Cérebro**. Setembro de 2006. Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/rumo_ao_fim_dos_manicomios.html>
Acesso em: 26 jul. 2013.
- AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Fiocruz, Rio de Janeiro. 2ª edição, 2008.
- CASTEL, R. A Instituição Psiquiátrica em Questão. In: **Sociedade e Doença Mental**. SÉRVULO, A. F. (coord.) Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978.

- CERTEAU, M. A Operação Histórica. In: **História: novos problemas**. LE GOFF, J., NORA, P. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 3ª edição, 1988.

- COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.

- FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo, Ed: perspectiva, 3º edição, 1972.

- FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 5ª edição, 1991.

- GASPARI, E. **A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

- GASPARI, E. **A ditadura escancarada: Ilusões armadas**. Rio de Janeiro, Cia. Das Letras, 2002.

- GOFFMAN, E. Sintomas Mentais e Ordem Pública. In: **Sociedade e Doença Mental**. SÉRVULO, A. F. (coord.) Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978.

- GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. Ordem Social e Desordem Mental. In: **Sociedade e Doença Mental**. SÉRVULO, A. F. (coord.) Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978.

- KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, Campinas. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/96560980/Beatriz-Kushnir-Caes-de-guarda-jornalistas-e-censores-2001>> Acesso em: 8 ago. 2013.

- MENEZES, C. **“Um vasto asilo seria, assim, a Guanabara”: políticas e assistência psiquiátrica, entre 1966 e 1978**. 2012. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2012, Rio de Janeiro. Disponível em:

< http://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/dissertacao_cleice_menezes.pdf> Acesso em: 30 jul. 2013

- VELHO, G. Duas Categorias de Acusação na Cultura Brasileira Contemporânea. In: **Sociedade e Doença Mental**. SÉRVULO, A. F. (coord.) Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978.
- WEBER, M. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. In: **Lua Nova**, nº 55 – 56, São Paulo, 2002.
- HERSCHENSOHN, H. L. O que você deve saber sobre medicina: Doença de Reiter. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 2 jan. 1974.
- HERSCHENSOHN, H. L. O que você deve saber sobre medicina: Retratos e diagnósticos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 3 jan. 1974.
- RIBIERE, M. O Inquietante número 13. **O Globo**, Rio de Janeiro, página sem número, 2 jan. 1974.
- _____. Lopo pede prioridade para saúde. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 jan. 1974.
- _____. Doente mental ataca a faca. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 10, 2 jan. 1974.
- _____. As dificuldades do professor. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 3 jan. 1974.
- _____. “Líder da Associação Médica Brasileira prefere Figueiredo”. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 3 jan. 1978.
- _____. Vasconcelos contra a eleição indireta; Kassab. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 6, 4 jan. 1978.
- _____. Filósofo belga afirma que a psicanálise é uma ciência. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jan. 1978.